

Uma Geografia da pobreza urbana: informalidade e precarização do trabalho

Tatiana Tramontani Ramos

✉ tatiana_tramontani@yahoo.com

Resumo

Neste artigo refletiremos a respeito das possíveis conexões entre a reestruturação do modelo produtivo vigente até os anos 1970 e as transformações no mundo do trabalho verificadas a partir dessa década, tanto nos países centrais, quanto nos países semiperiféricos, como o Brasil. Nessa reflexão faremos uma análise crítica do processo de precarização do trabalho, buscando elementos que ajudem a evidenciar as reais consequências dessa reestruturação para o mercado de trabalho em seus contextos específicos, em especial para os processos de informalização e (hiper)precarização do trabalho urbano. Elegemos para essa análise a “teoria dos dois circuitos” de Milton Santos (1979), a qual, apesar de não ter se ocupado diretamente da informalização e da precarização da economia e do trabalho, tem sido uma referência para a temática de análise por dois motivos: 1) estabelecer uma distinção efetiva entre o *circuito inferior* e a *informalidade* em sentido amplo, ou o *trabalho informal*, de forma mais restrita; 2) reforçar a ideia de que a análise econômica da sociedade destacou predominantemente, e até pouco tempo, o circuito superior, característica que contaminou, por assim dizer, as análises geográficas que têm como norte a economia e suas atividades.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, informalidade, precarização, trabalho, circuitos.

Introdução

Neste artigo refletiremos a respeito das possíveis conexões entre a reestruturação do modelo produtivo vigente até os anos 1970 e as transformações no mundo do trabalho verificadas a partir dessa década, tanto nos países centrais, quanto nos países semiperiféricos, como o Brasil. Nessa reflexão faremos uma análise crítica do processo de precarização do trabalho, buscando elementos que ajudem a evidenciar as reais consequências dessa reestruturação para o mercado de trabalho em seus contextos específicos, em especial para os processos de informalização e (hiper)precarização do trabalho urbano.

É difícil estipular um ponto de partida para iniciar a discussão da *reestruturação produtiva*. O próprio processo, através de suas várias denominações, já aponta para a ampla gama de abordagens das quais podemos retirar nossa explicação/contextualização inicial. *Transição para o pós-fordismo, modelo de acumulação flexível, toyotismo, período técnico-científico-informacional*, ou simplesmente *era da informação*, são apenas alguns exemplos dessa variedade que pode, em parte, ser justificada pelo tipo de discussão que se quer ressaltar a partir desse recorte histórico-geográfico.

Algo semelhante pode ser observado na expressão *período técnico-científico-informacional*, de Milton Santos. Essa expressão não remete apenas às técnicas produtivas, no que diz respeito ao processo de transformação industrial, mas às técnicas, também, que animam outras atividades, como por exemplo os sistemas de transportes, de um modo geral, ou as novas tecnologias de informação e comunicação. Para Milton Santos, a emergência de um novo período técnico não aponta para a total superação do período que o antecedeu, mas, ao contrário, examinando sob esse aspecto a história do mundo, vemos que a aceitação das técnicas novas “foi sempre relativa e sempre incompleta”. Em outras palavras, no caso de nossa discussão, o fato de um conjunto técnico, o modelo produtivo pós-fordista, alcançar um patamar de maior eficiência, ou de qualquer outro, não significa a total superação do modelo de produção fordista que o “antecedeu”, mas um acúmulo de períodos técnicos, mesmo porque os “desequilíbrios produtivos” serão/são compensados por “desequilíbrios comerciais”, como afirma Santos (1999, p. 44), “numa sábia utilização política da desigualdade tecnológica”.

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área

se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS, 1979, p. 240).

Nesse sentido, o advento do meio técnico-científico-informacional nos anos 1970, para o qual estamos utilizando a denominação de pós-fordismo, vai consolidar justamente a união entre a ciência e a técnica, que permitirá aos objetos técnicos serem também, no dizer de Milton Santos, informacionais: “graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal do seu funcionamento é também a informação” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 238).

Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Essas atividades sob o espectro de um novo comportamento técnico vão interferir diretamente na forma de apropriação e de produção/transformação do espaço, na medida em que implicam novas formas de circulação da informação, das pessoas e dos objetos em geral, bem como novas formas de se fixar e de se apropriar do espaço-tempo.

No entender de Soja (1993), a crise que ficou intitulada “crise do fordismo” e que vai desencadear a chamada reestruturação da produção industrial em âmbito internacional, na verdade, é decorrência de uma “cadeia complexa de crises”. Segundo esse autor, crises na divisão internacional do trabalho e na distribuição global do poder político e econômico, bem como nas funções expandidas dos Estados Nacionais (o que diz respeito aos sistemas previdenciários, aos contratos estabilizados pelo keynesianismo) e nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana (trabalho e emprego, habitação, papéis familiares e relações de poder na esfera da sociedade e da vida privada).

Todos compartilham de um modelo similar de crise da mudança histórica e geográfica; uma ênfase na análise das classes e no processo de trabalho; uma apreciação da importância da tecnologia e da estrutura empresarial na diferenciação da produtividade e dos lucros; uma atenção explícita para com a interação entre a espacialidade, a política e o papel do Estado; um interesse pela análise da internacionalização do capital e da aceleração concomitante da mobilidade do capital e da migração da mão de obra; e uma visão que reconhece, em graus variáveis, a natureza

geral e a singularidade particular da espacialização capitalista. As interpretações mais específicas giram, tipicamente, em torno de um ponto crucial histórico, situado no fim dos anos sessenta ou início dos setenta, e seu eco nas Grandes Depressões do passado; e há uma fraca aceitação da hipótese geral da reestruturação: a de que estamos, atualmente, em meio a um período em que o capital e o trabalho estão sendo significativamente reorganizados, numa tentativa (ainda não completamente bem sucedida) de restabelecer o aumento dos lucros e reforçar a disciplina do trabalho, em parte através de ataques diretos à organização, aos salários e aos padrões de vida da classe trabalhadora (SOJA, 1993, p. 206).

Em outras palavras, na esteira desses acontecimentos foi gerida, ainda, uma crise intrínseca ao modelo fordista que diz respeito ao próprio modo de regulação e a uma insustentabilidade do regime de acumulação e consumo, que vão acarretar uma outra forma de espacialização capitalista. Essa crise intrínseca, chamada por Lipietz e Leborgne (1988; 1990) de “crise de legitimidade”, pode encontrar explicação em elementos ligados, especialmente o tipo de relações industriais estabelecido pelo fordismo.

Um dos elementos dessa crise intrínseca será desenhado por uma baixa, ou mesmo escassa, produtividade, extraída a partir de coerção direta do trabalhador. Esse dado pode ser interpretado de duas maneiras: tanto no que tange ao segmento do trabalho focado na análise dos processos produtivos fordistas, quanto ao limite da mais-valia absoluta e relativa extraída do trabalho assalariado.

Faz-se importante mencionar o contexto em que se desenvolvem os primeiros indícios de baixa na produtividade no modelo de produção vigente e, mais tarde, o contexto em que se confirma a sua crise propriamente dita. O modelo de produção, de consumo e de sociedade, o qual teve papel decisivo para a consolidação de uma nova economia política a partir do início do século XX, não teria sido plenamente possível sem o suporte econômico, político e ideológico do keynesianismo. Em outras palavras, as bases que permitiram a vigência do modelo fordista de produção e consumo estavam assentadas sobre um modelo de regulação e mediação social que se tornaria o garantidor de um pleno estado de bem-estar social, o “*welfare state*”.

A resposta que será orquestrada à crise de lucratividade do modelo fordista, segundo Georges Benko (2002), será *desvalorizar a força de trabalho* através da redução dos componentes que constituem os custos de sua reprodução, isto é, desindexação e regulação concorrencial do valor dos salários, revisão em baixa do salário indireto, supressão de garantias trabalhistas, remodelação da organização do trabalho (processo de produção, sistemas de gestão, automação), revisão da

norma social do consumo e desenvolvimento do trabalho improdutivo.

A banalização das relações de trabalho e do próprio trabalho enquanto parte da produção e, em casos mais extremos, sua desregulamentação, serão decisivos no processo de despolitização vivenciado pelos trabalhadores enquanto classe e enquanto indivíduos a partir da segunda metade do século XX. A redução do trabalho a uma relação de troca meramente contratual, segundo Benko (2002), vai acabar por ocultar a própria dimensão política embutida na separação entre produtores e meios de produção, “naturalizando”, sob certos aspectos, relações que são, em sua origem, conflituosas.

Para esse autor, “O aumento das ‘marginalizações sociais de massa’ que acompanham o desdobramento dessas estratégias é um índice apropriado para se avaliar o seu impacto sociopolítico” (BENKO, 2002, p. 21). Dessa forma, a reestruturação que marcará a transição do modelo fordista para o pós-fordista deve ser compreendida, também, dentro de um amplo contexto de lutas sociais e relações de poder que dizem respeito aos modos de existência individuais e coletivos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Isso significa dizer que a reestruturação produtiva engendra um conjunto de transformações que causam impactos de diferentes naturezas e intensidades nos mais variados aspectos da vida social. Logo, a reestruturação não é apenas *produtiva* no sentido de ficar restrita aos processos econômicos de produção de bens e serviços, mas deve ser entendida em um sentido mais amplo e profundo de *produção da própria vida social*. Nesse trabalho, vamos priorizar os impactos desse processo no mundo do trabalho, ou seja, as transformações provocadas nas relações de produção e nas forças produtivas e suas consequências territoriais, políticas e econômicas.

Quando dissemos alguns parágrafos atrás que o pós-fordismo trazia um tipo de modernização que também significava a manutenção de certos traços e experiências do modelo que o antecede, gostaríamos de remeter essa afirmação a elementos do mercado de trabalho.

Com a expansão do modelo flexível pelos países centrais a partir da década de 1970, há um fracionamento da classe operária em diferentes escalas geográficas: desde uma segmentação do mercado de trabalho no âmbito da fábrica (HARVEY, 1999; SINGER, 2000) — com a formação de um segmento primário de trabalhadores estáveis, que gozam de plenos direitos sociais e trabalhistas, e um segmento secundário de trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, cooperativados, que, por sua situação trabalhista, não possuem qualquer direito e estão sujeitos à total instabilidade — até a escala global, com a coexistência entre as atividades “nobres” do pós-fordismo metropolitano dos países centrais (como

aquele do Vale do Silício americano, ou os tecnopolos na Europa e no Japão), e a persistência nos países semiperiféricos de espécies de “bolsões fordistas” nos quais encontraremos a mesma rigidez de produção e forma de trabalho complementada por regimes de trabalho abertamente despóticos (BENKO, 2002).

Como nem todos os tipos de produtos e de processos de produção tornam-se rentáveis sob o modelo produtivo pós-fordista, que apesar de ter como objetivo a maximização dos lucros e a minimização dos custos e externalidades da produção industrial, torna-se um processo caro no que diz respeito aos investimentos em capital fixo, tecnologia e qualificação. Dessa forma, percebe-se que a emergência de um novo modelo de produção em países centrais vai contribuir, também, para uma transformação nos países semiperiféricos, em um processo de *intensa fragmentação dos espaços econômicos e produtivos mundiais*. Além das indústrias de alta tecnologia e dos complexos de produção típicos dos países centrais, ocorre também uma *hipertrofia do setor de serviços nos espaços metropolitanos mundiais*, o que não extingue, por sua vez, as atividades artesanais, bem como as pequenas e médias empresas (PME), isso se nos restringirmos ao chamado de setor formal da economia.

A forma de organização do modo de produção será um fator determinante para a produção do espaço e as relações sociais, bem como as *relações de trabalho* serão fatores determinantes para a conformação do modo de produção.

O que vai diferenciar a reestruturação da produção e as transformações no mundo do trabalho ocorridas nos países centrais daquelas que se desdobram para os países semiperiféricos será a forma como a perda de garantias sociais e de estabilidade no emprego, as perdas salariais e a própria pobreza vão se apresentar e, também, como estas passam a se articular dentro do contexto socioeconômico mais amplo.

Enquanto nos espaços centrais do capitalismo a precarização do trabalho formal é um fenômeno que vem se manifestando desde os anos 1970 sobre classes que sempre gozaram de certa estabilidade e conforto social, no que diz respeito ao rendimento e à garantia de ter atendidas as necessidades básicas do indivíduo e da família, nos países semiperiféricos, que tomaram contato com a reestruturação produtiva mais tardiamente em relação aos países centrais, essa precarização possui outro caráter; ou, melhor dizendo, ela vem acompanhada de um sentido complementar.

Entre os países semiperiféricos, como o Brasil, vem ocorrendo, à semelhança do que vem se passando nas últimas quatro décadas nos Estados Unidos e em países

da Europa, um movimento no sentido da desregulamentação do trabalho. Esse movimento ainda não refletiu na modificação de legislação trabalhista, mas já se mostra em termos salariais, no aumento do mercado de trabalho informal, das taxas de desemprego e da precarização do trabalho formal. Nesses casos, a precariedade corresponde a uma situação que não é transitória, mas sempre existiu, e não se refere à remoção de proteções sociais existentes, como na Europa.

A existência de grupos sociais historicamente precários em termos de trabalho, renda e condições de existência, a que chamamos “precarização histórica” do mercado de trabalho, é um fenômeno que pode ser notado em boa parte dos países semiperiféricos, e que Marcelo Lopes de Souza (2008a) vai denominar *hiperpreariado urbano*, mas que também pode ser encontrado nos países centrais (em proporção significativamente menor).

Precarização, informalidade e os “circuitos da economia urbana”

Várias contribuições de cunho teórico foram produzidas para se tentar buscar um entendimento mais preciso da economia e do trabalho informal.

Uma dessas contribuições é a “teoria dos dois circuitos” de Milton Santos (1979), a qual, apesar de não ter se ocupado diretamente do setor informal da economia e do trabalho informal propriamente dito, tem sido uma referência (às vezes, usada de forma equivocada) para os estudos acerca desse setor e desse tipo de trabalho. Essa teoria se define pela existência de dois circuitos na composição das relações socioeconômicas: o *superior* ou *moderno*, “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”; e o *inferior*, “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos oferecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, p. 31). A definição da origem e a delimitação da abrangência desses dois circuitos pode ser traduzida pelo autor da seguinte forma:

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente nas populações pobres é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região (SANTOS, 1979, p. 16).

(...) A diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de

organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto que no circuito inferior, a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto que o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 1979, p. 33-34).

Podemos perceber, não apenas pela definição e pela delimitação dos circuitos presentes no texto e nos esquemas do livro “O espaço dividido” (1979), que há uma forte relação entre os circuitos da economia e a questão das diferenças sociais, expressas nas formulações “ricos” e “pobres”, “classes superiores”, “classe média” e “classes inferiores”. O autor traça uma relação bastante clara entre os conceitos auxiliares de “setores da sociedade” e “classes sociais” — retomando, inclusive, o debate conceitual existente dentro da Sociologia e da Economia — e a sua teoria dos circuitos.

Milton Santos dedica longos trechos à revisão de temas da Sociologia, principalmente da Sociologia Urbana, como a definição de pobreza (em especial a pobreza urbana), classes superiores e classes médias ou intermediárias. Ao revisar tais conceitos, Santos (1979) expõe a importância de considerar o perfil da renda para a teoria dos circuitos. Não que a existência de diferentes circuitos esteja vinculada à existência de diferentes classes sociais, ou simplesmente reduzida à existência de um setor “formal” e outro “informal”, mas por diversos outros aspectos, como o próprio fato da classe superior ser aquela que se vale da possibilidade de recorrer a qualquer um dos circuitos. Como essa, em geral, é detentora do controle da economia (poder econômico), seu raio de ação transpassa as escalas local, regional e nacional, adquirindo um caráter cosmopolita, e garantindo um perfil que se inscreve, predominantemente, nas atividades do circuito superior.

A classe média, por sua vez, se define na situação intermediária entre as classes pobres e as superiores; assim, mesmo que “sejam beneficiárias da atividade econômica na cidade, não dispõem de seu controle” e, por isso, transitam entre os dois circuitos de forma bastante equilibrada, acessando cada um conforme a possibilidade e o contexto. Já a classe inferior, os pobres da cidade,

São aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usurárias. Trata-se, em geral, dos não-empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito

pouco (SANTOS, 1979, p. 38).

Por isso, esse grupo seria aquele que vivencia, predominantemente, o circuito inferior da economia, recorrendo poucas vezes ao circuito superior.

Essa teoria contribui para identificar as diferentes atividades que constituem a economia e a existência de uma hierarquia entre essas atividades. Essa hierarquia diz respeito a uma série de elementos em conjunto: volume de capital investido e movimentado, tecnologia empregada, qualificação e quantidade de mão de obra, rendimento/retorno financeiro e vínculos espaciais que se manifestam em escalas variadas, desde a escala local até a internacional. Dessa hierarquia entre as atividades surge uma relação de subordinação e dependência que aponta para uma relação desigual de poder. “O funcionamento atual da economia urbana leva a que as únicas contribuições do setor moderno ao outro setor só possam ser feitas ao preço da dependência e da dominação” (SANTOS, 1979, p. 288).

Essa relação hierárquica construiu-se de forma dual, mas não antagônica, pois as forças que esses dois sistemas expressam são forças desiguais e desproporcionais. Só existiria antagonismo, ou dualismo, caso houvesse um certo equilíbrio de poder entre os dois lados, o que não procede. Como reforça o autor:

(...) Não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e estão interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar da sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas. Essa situação que tantos autores continuam a chamar de “dualismo” não seria outra coisa senão o resultado, sobre a sociedade global, da posição hegemônica do circuito superior, representado essencialmente pelas formas monopolísticas de atividades. O subemprego e as formas de atividades que a ele se ligam são uma consequência direta disso (SANTOS, 1979, p. 43).

O autor, mais do que o desenvolvimento de uma teoria para análise da dinâmica capitalista, procura contribuir com uma crítica ao tipo de análise que a Economia, e mesmo a Geografia e outras ciências sociais, vinham produzindo sobre esse modo de produção e seu contexto de expansão, dominação (monopolização), urbanização etc. Para ele, “só o circuito moderno [superior] foi objeto de pesquisas sistemáticas. A análise econômica e, em sua esteira, a análise geográfica, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade inteira” (SANTOS, 1979, p. 16).

Gostaríamos de resgatar tal crítica por dois motivos: 1) para estabelecer uma distinção efetiva entre o *circuito inferior* e a *informalidade* em sentido amplo, ou o

trabalho informal, de forma mais restrita. Por mais que existam ligações entre a informalidade e o circuito inferior, não podemos restringi-la a este.

O circuito inferior condensa atividades variadas que podem ser produtivas, comerciais ou de prestação de serviços. Em todas elas há em comum o fato de se tratar de baixo investimento em tecnologia e capital, bem como baixo rendimento; e em cada uma delas há o diferencial quanto ao tipo de trabalho, que pode ser familiar, coletivo, de cooperação, autogerido, assalariado etc., mas sempre sob a égide do rendimento que beira o mínimo e, às vezes, fica aquém desse mínimo, definindo então a pobreza em seu sentido econômico. A informalidade, por sua vez, pode significar um amplo espectro de formas de trabalho e atividades, de baixo ou alto teor tecnológico e rendimento, mas ainda designa, predominantemente, a falta de segurança, de possibilidade de planejamento e, especialmente, de baixa remuneração, em todas as partes do mundo. Assim, a informalidade de baixo rendimento e baixo teor tecnológico está contida no circuito inferior, como diferentes formas de produção, geração de renda e trabalho, mas não o contém e nem se confunde, necessariamente, com ele.

2) para reforçar a ideia de que a análise econômica da sociedade destacou predominantemente, e até pouco tempo, o circuito superior, característica que contaminou, por assim dizer, as análises geográficas que têm como norte a economia e suas atividades; tentaremos, nesse trabalho, inverter essa máxima e buscar os sujeitos e as atividades que dão movimento ao circuito inferior.

Para encerrar a seção acerca da teoria dos circuitos e sua relação com uma série de temas que temos enfatizado, como relações de trabalho, pobreza e especialmente a informalidade, é importante frisar que, seja o setor informal ou o circuito inferior da economia, o elemento que vincula esses dois campos de trabalho para a análise social é a pobreza e o que podemos traduzir de sua Geografia. A pobreza que se materializa nos espaços segregados, nas periferias precariamente incluídas, nos espaços preenchidos por atividades econômicas subalternas, nas redes de informalidade e precariedade (como o comércio ambulante, os camelôs, os pequenos prestadores de serviços, os vendedores de drogas a varejo, a prostituição, o jogo ilegal etc.), nas paisagens conflitantes produzidas por miséria e riqueza lado a lado, por mundos tão próximos e, em alguns sentidos, tão distantes.

Fragmentação do espaço urbano, flexibilidade e (hiper)precariedade do trabalho

O aumento da pobreza urbana e da informalidade, a degradação física das metrópoles, o aumento da favelização, o incremento da violência e a territorialização das favelas pelo tráfico de drogas motivaram a parcela mais rica da classe média e as elites urbanas a buscar espaços cada vez mais individualizados, privados, isolados, vigiados e protegidos contra os perigos da cidade. As melhores expressões da autossegregação elitista são os condomínios fechados, os *shopping centers* e o fechamento de ruas com a utilização de câmeras de vigilância, cancelas, grades ou muros.

O fechamento e o isolamento motivados pela violência e pela busca por segurança contribuem para erodir a capacidade de ação coletiva e pública nas metrópoles brasileiras. Essa erosão é mais perceptível nos espaços da “cidade formal”, onde o individualismo, o distanciamento (dos espaços ou, no limite, dos olhos, com muros altos, interfones, vidros escuros nos automóveis) e a falta de interesse pelo outro se tornam características cada vez mais presentes e disseminadas. Nos espaços populares da precariedade da vida e dos trabalhadores hiperprecarizados, como favelas, ocupações de sem-teto, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais de baixa renda e outros, esse aspecto da proximidade, da solidariedade, do “estar junto” em bons e maus momentos, do compartilhamento, do agir coletivamente, da adaptação e da flexibilidade na solução de problemas ainda estão muito mais presentes e permitem identificar tais espaços por meio do que Milton Santos definiu como “flexibilidade tropical”, que também pode ser estendida para uma “solidariedade tropical”:

Com a divisão do trabalho por cima dá-se uma solidariedade criada de fora e dependente de vetores verticais e de relações pragmáticas frequentemente longínquas. A racionalidade é mantida às custas de normas férreas, exclusivas, radicais, implacáveis. Sem obediência cega não há eficácia.

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade que é fundada de dentro. A cada movimento novo, há um novo equilíbrio em favor da sociedade local e regulado por ela.

A divisão do trabalho por cima é um campo de maior velocidade, com sacrifício do simbólico. Nela, a rigidez das normas econômicas (privadas e públicas) impede a política e toma o seu lugar. Por baixo, há maior dinamismo, maior movimento, mais encontros, maior

complexidade, mais riqueza (a riqueza e o movimento dos homens lentos), mais combinações. Produz-se uma nova centralidade de social, segundo a fórmula sugerida por Ana Clara Torres Ribeiro, o que constitui uma nova base para a afirmação do reino da política (SANTOS, 1999, p. 3).

Utilizadas abundantemente e sem qualquer critério atualmente, expressões como “flexibilidade”, *informalidade* e “trabalho autônomo” contribuem para escamotear as condições concretas/objetivas e subjetivas de exploração do trabalho e da (hiper)precarização das condições gerais da vida do trabalhador: a longa rotina de trabalho, a insegurança do presente e do futuro, a instabilidade do emprego/ocupação, a baixa remuneração, o aumento do custo de vida, as novas doenças da contemporaneidade, como depressão, pânico e *stress*, que têm atacado de forma indiscriminada todas as classes sociais etc. Presenciamos hoje o fato de que, ao mesmo tempo em que a informalidade constitui e é necessária à dinâmica da reprodução do capital, ela também faz parte de um discurso moralizante e é tratada pela mídia e pelos aparelhos oficiais de Estado como um dado econômico negativo que deve ser combatido.

Cria-se uma interpretação esquizofrênica do assunto: trabalhar por conta própria é bom, “não ter patrão” é bom, fazer sua própria rotina e ficar com todo o rendimento do seu trabalho é bom; logo, ser um “trabalhador autônomo” é ótimo. Porém, hoje temos mais de 40 milhões¹ de trabalhadores brasileiros vivendo na informalidade, não sabemos em que condições de trabalho e remuneração todos eles vivem, eles não contribuem para a previdência e para os cofres públicos, mas desfrutam de seus (deficientes) benefícios, contribuindo para um déficit orçamentário.

A informalidade é vista como uma condição negativa para o trabalhador, na medida em que dificulta ou impede o acesso aos direitos e benefícios constitucionais; no entanto, o discurso não vai além da superfície do problema e associa a informalidade à degradação das condições de vida do trabalhador, em todas as dimensões de sua existência. Essa (re)adaptação da economia às novas questões do mercado e da sociedade hipertrofiou o segmento dos “trabalhadores autônomos”, no sentido em que inserem na informalidade quantidades cada vez maiores de trabalhadores desempregados, precarizados, superexplorados, contribuindo, por sua vez, para uma banalização da ideia de *autonomia*.

1 Entre 1995 e 2007, o grau de informalidade no Brasil calculado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em nenhum momento esteve inferior a 55,4% (2007) da população economicamente ativa (PEA), ultrapassando a taxa de 60% dos empregos no país em seis dos 12 anos analisados na série histórica.

Uma primeira aproximação pode ser feita a partir da contextualização do uso do termo “autônomo” para qualificar esses trabalhadores do setor informal marcados pela hiperprecarização. As transformações *do* e *no* mundo do trabalho, no bojo do processo de reestruturação produtiva nos países centrais e seus impactos nos países semiperiféricos, contribuíram para a formação e a ampliação desses trabalhadores informais, como anteriormente.

A partir da década de 1990, com a retomada do discurso e de práticas de caráter neoliberal, é possível observar a utilização do termo “autônomo” como um *eufemismo* para a nova situação a que está exposto não só o trabalhador urbano, mas também o trabalhador rural. Essa “eufemização” faz parte de uma estratégia de atuação do capitalismo dito “pós-industrial” que envolve novos tipos de propaganda (*new marketing*) e uma nova psicologia social: o trabalhador que não tem carteira assinada, direitos trabalhistas e acesso a benefícios sociais não é informal; é “autônomo”, pois trabalha “por conta própria” e “só depende do seu próprio trabalho e de mais ninguém”. Seguindo essa mesma lógica, aquele trabalhador que possui direitos trabalhistas assegurados em lei por sua relação regular de trabalho e por estar submetido a uma relação de assalariamento, por sua vez, não é mais considerado/tratado como um *empregado* (termo carregado de subjetividade e de um peso jurídico muito forte), mas é agora um “*colaborador*” da empresa. Os funcionários *terceirizados* e *temporários* não são mais trabalhadores subcontratados, mas “cooperativados” ou “parceiros”, o que distribui (injustamente) o peso da responsabilidade da tarefa entre os envolvidos na atividade: contratantes e contratados. E o círculo se expande...

Usar a expressão “trabalhador autônomo” para designar o camelô, o ambulante, o flanelinha, é uma forma de reconhecer nele um *diferencial* que diz respeito às estruturas de poder sociais, ou trata-se de um *paliativo* para escamotear graves problemas econômicos, políticos e sociais das metrópoles do Brasil e do mundo? Qualifica-se como “autônomos” uma significativa parcela da classe trabalhadora, que se encontra em uma grave condição de vulnerabilidade econômica e social, afinal trata-se de uma população pobre, desempregada ou subempregada, que vive de bicos ou atividades informais, porém regulares, mas que não possui grandes margens de manobra para modificar essa situação ou perspectivas em obter ganhos em termos de qualidade de vida a curto prazo.

São pessoas que não possuem ou que têm acesso apenas a canais de representação frágeis e pouco significativos, o que os coloca em uma condição de marginalidade política, uma vez que não têm como se fazerem presentes, de forma efetiva, nos espaços formais de representação política e, além disso, possuem

poucos recursos e força política para exercer pressões em partidos e no aparelho de Estado. Essa condição de precariedade econômica e social, aliada à marginalidade política, afasta esse conjunto da classe trabalhadora da concepção de autonomia política que se deseja. Politicamente, considerar tais trabalhadores como “autônomos” é uma forma de esconder um intenso processo de exploração e espoliação do trabalho e da vida. Por isso, Souza (2008b) afirma que, nesse sentido, os “trabalhadores autônomos” *pobres são muito pouco autônomos*, por sua inserção subalterna e, quase sempre, por possuírem muito pouca chance de um “salto qualitativo”, em uma sociedade profundamente desigual e injusta.

Milton Santos, no texto “A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual”, traduz essa realidade em uma situação onde

Boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer leis, normas, regras, mandamentos, costumes, derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais”. Essa incapacidade mistura, no processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções (SANTOS, 1999, p. 3).

Nesse trecho, o autor tenta relacionar as condições adversas a que é submetida grande parte da força de trabalho em países periféricos e semiperiféricos à capacidade de superação, de inovação ou de simplesmente conseguir sobreviver e produzir em condições nas quais a grande maioria de nós não o conseguiria. O autor vai ressaltar nesse curto texto, transcrito de uma palestra, que a transposição de certas barreiras sociais e a superação de inúmeros obstáculos econômicos é que vão garantir a força e a criatividade muitas vezes necessárias para a produção e a manutenção de resistências por parte desses trabalhadores urbanos (hiper)precarizados.

É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se, desta maneira, a redescoberta pelos homens da razão, e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também “não conformes” à racionalidade dominante (SANTOS, 1999, p. 3).

Tomando a liberdade de utilizar a elaboração de Santos (1999) para fazer uma leitura da realidade do hiperprecarizado ativista, organizado em movimentos sociais urbanos (como o movimento dos sem-teto e movimentos com origem em favelas e periferias metropolitanas), isto é, enquanto protagonista de uma ação social, podemos afirmar que a forma encontrada para reverter o quadro de privação

(do ir e vir, do trabalhar, do morar, do alimentar-se e a sua família) ao patamar de conquistas econômicas, socioculturais e políticas vai ser a base da formação de uma consciência coletiva, isto é, a conquista de uma capacidade de reflexão crítica, da formação e da organização política em torno de uma agenda de luta comum e pautada em uma leitura própria do mundo. Para tal processo de tomada de consciência há que se considerar o papel fundamental do espaço como elemento de formação. Os espaços em que se inserem, construídos e formados por esses atores, não constituem meros cenários, mas importantes agentes de potencialização e transformação, ainda que nem sempre para todos. A incorporação desses elementos a um projeto político que pretende conduzir por um caminho alternativo e insurgente é parte da agenda de luta de ativismos e movimentos sociais fortemente influenciados pela questão do trabalho e do direito à cidade, ao uso do espaço urbano.

Quando Santos (1999) afirma que a superação do conformismo é parte de uma “etapa superior de produção da consciência”, nos ajuda a compreender por que o hiperpreariado *organizado* em torno da questão urbana, *protagonista* da luta por moradia, por infraestrutura urbana e direitos, por trabalho digno e o direito de trabalhar nas ruas, deixa de ser apenas uma “consequência negativa” de um “sistema injusto”, um “efeito colateral do capitalismo” ou uma “mera” externalidade socioeconômica e passa a ser um “não-conforme”. Isto é, não se adapta às *formas* sociais e espaciais pré-estabelecidas e não se *conforma* com as fatalidades da engrenagem sistêmica.

A pressão sobre os pobres, sobre os alienados da própria força de trabalho é ainda maior graças à ameaça do exército de reserva de mão de obra. A competição pela sobrevivência é cada vez maior e se materializa na disputa por trechos das calçadas, por pontos nos sinais de trânsito, números de vagas para automóveis nas ruas, agressões e achaques por parte da polícia etc. Por mais que sejam espaços “públicos”, onde teoricamente todos poderiam atuar livremente (desde que não estivessem cometendo crimes), a quantidade de obstáculos à autonomia e à autogestão é impressionante. Isso sem falar na opressão imposta pela própria situação social: a necessidade de levar “X reais” para casa diariamente ou não há comida, não há aluguel no final do mês etc. Nesse sentido, o trabalho autônomo não tem nada de *livre* e é a essa situação que a vemos exposta grande parcela dos trabalhadores brasileiros, parcela essa que vem se tornando maior a cada dia. No entanto, essa não é a única perspectiva em que esse fenômeno da informalização do trabalho pode ser analisado. Souza (2008b, p. 5) nos lembra que “a situação dos ‘autônomos’ não precisa ser vista apenas como *limitação*; ela pode e deve ser vista

também, em parte, como *potencialidade*, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas”.

Há outras formas, assim, de se enxergar as fissuras do sistema, nas quais se podem desenvolver estratégias de resistência à heteronomia e luta pela verdadeira autonomia no trabalho e na vida. E, nesse sentido, cabe ressaltar o potencial criativo e a “flexibilidade tropical”, para continuar com a expressão de Milton Santos (1996 e 1999):

Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades criam o que, em um outro lugar (Santos, 1991), denominamos de “flexibilidade tropical”. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. Desse modo, as respectivas divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas. Sua solidariedade se cria e se recria ali mesmo, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação de tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide (SANTOS, 1996, p. 324).

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, nas outras esferas surgem contrarrazionalidades e racionalidades paralelas, corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade, produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. Devemos, mais uma vez, reconhecer o ensinamento de Sartre quando ele lembra que é a escassez o que torna a história possível, graças à “unidade negativa da multiplicidade concreta dos homens” (SANTOS, 1999, p. 3).

As atividades individuais (ou familiares) dos ambulantes e camelôs, diferentemente das atividades organizadas na forma de cooperativas autogestionárias, grupos de trabalho e coletivos de produção politicamente

autônomos, marcam um outro tipo de espacialidade desses trabalhadores, ainda que compartilhando os mesmos espaços na cidade, como periferias, subúrbios, ou áreas centrais, porém sujeitos a todo tipo de ameaça e instabilidade. Se as cooperativas, os grupos de trabalho e coletivos traduzem práticas sócio-espaciais que se convertem em uma *territorialidade bastante específica e consistente* — isto é, dotada de *intencionalidade, projeto político-econômico*, pois são complementares a um projeto de reforma urbana e planejamento urbano participativo —, as práticas sócio-espaciais individuais constituem, por sua vez, uma *territorialidade fragmentária, dispersa e instável*, ou seja, *altamente sujeita a desterritorialização*. Desse modo, em ambos os tipos de atividade há uma forma espacial na ação do trabalhador informal (hiper)precarizado que define não apenas suas estratégias de sobrevivência, mas uma parte da geografia da pobreza urbana no Brasil.

Considerações finais

Não tratamos aqui apenas de uma análise da lógica da economia informal e de sua importância enquanto parte ou setor da economia, mas ao contrário, como apontava Milton Santos já em 1979, buscou-se analisar um circuito econômico que é parte de um todo que dá consistência e funcionalidade ao urbano. Não apenas porque, sendo um “circuito inferior”, isto é, composto por atividades de pequena escala e envolvendo, predominantemente, a população pobre, permite a essa população acesso a determinados produtos e serviços do circuito superior, dando-lhe mais fluidez, mas também porque a própria urbanização é condição e também resultado de uma economia espacial que depende do trabalho desses sujeitos.

Suas [do circuito inferior] ligações funcionais com o circuito superior da economia lhe atribuiu particularmente uma função de correia de transmissão para os produtos modernos e mais geralmente um papel de coletor da poupança popular, reenviada para o circuito moderno nacional ou estrangeiro por intermédio de atacadistas e, depois, dos bancos. Com efeito, a circulação do capital é assimétrica: para baixo ela é fraca mas é substituída pela circulação dos bens; para o alto a circulação do capital é importante depois que as mercadorias revendidas a preço muito mais elevado asseguram uma taxa de lucro excessiva aos intermediários (SANTOS, 2003, p. 99).

Assim sendo, a territorialidade fragmentada do trabalhador hiperprecarizado, como o caso aqui colocado dos sem-teto, ajuda a definir, de certo modo, espaços dotados de funcionalidade específica e, conseqüentemente, à definição de diferentes geografias da cidade.

Os espaços do comércio informal, as próprias especificidades do comércio informal — comércio de alimentos e guloseimas em áreas de grande circulação de

trabalhadores indo e vindo do trabalho, a venda de bebidas em grandes eventos, como *shows* e jogos de futebol, o comércio de produtos “piratas”, normalmente de origem estrangeira, em pontos da cidade que se tornaram referência para esse tipo de consumo, e diversos outros exemplos — mostram que a ação dos ambulantes em determinadas áreas e pontos específicos do espaço urbano não é uma prática social definida ao acaso, mas claramente associada a uma lógica espacial que com ela se define dialeticamente.

Existe uma organicidade nesse mesmo sistema que incorpora e tira proveito desse hiperpreariado, tornando-o parte de uma economia *subterrânea*, *subalterna* e *necessária*.

Subterrânea pois é uma economia de “rejeitos”, de práticas que se reproduzem em permanente desterritorialização, que não é reconhecida e nem visualizada pela ampla maioria, mas, de alguma forma, está presente, tem utilidade e dá sustentação a indivíduos que interligam-se a outras práticas. É *subalterna* porque, no que tange às relações de poder que instituem a sociedade, exerce muito pouco dos seus direitos, participa muito pouco das decisões; nesse sentido, é muito pouco *autônoma*, e disso resulta uma apropriação do espaço que está condicionada não só à sua própria força de organização, mas também aos interesses políticos e econômicos de outros grupos sociais. Por fim, é uma economia *necessária* não apenas para dar sustento, como meio de sobrevivência, àqueles que a praticam mas, como Milton Santos (1979) já havia sinalizado, a cidade só pode ser entendida a partir de uma teoria do espaço que englobe o conjunto da economia urbana, e não apenas uma parte dela. Ou seja, “[a] análise econômica e, no seu fluxo, a análise geográfica há muito tempo confundem o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo” (SANTOS, 2003, p. 173), quando seria fundamental examinar o funcionamento do conjunto como forma de interpretar a realidade e pensar soluções para problemas correspondentes.

A criação de circuitos econômicos alternativos, como cooperativas de trabalho coletivo e as experiências econômicas solidárias (os grupos de investimento, produção e venda) permitem ir além de uma simples adaptação intersticial e passam a constituir “válvulas de escape” que demonstram “um indício de ‘inteligência sistêmica’”, como afirma Souza (2006, p. 305).

Mais do que trabalhar na cidade ou constituir grupos econômicos alternativos e solidários, esse hiperpreariado, esses trabalhadores vulneráveis, têm ajudado a colocar em discussão, por meio de saídas formais ou informais, perante o Estado de direito, a sociedade e sua forma espacial urbana.

Referências

- BENKO, George. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, D. O Pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*, ano VIII, n. 25 (12-29), 1988.
- _____. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (coords.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999.
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.
- _____. *O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro*. Texto produzido e oferecido pelo autor para em uma reunião de discussão para criação e manutenção de cooperativas populares nas ocupações do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Reunião realizada em 25 de maio de 2008 na Ocupação Chiquinha Gonzaga. 2008b.

Sobre a autora

Tatiana Tramontani Ramos: doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestra, bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professora Adjunta I do Departamento de Geografia da UFF - Campos dos Goytacazes.

* * *

ABSTRACT

A Geography of urban poverty: informality and precarization of work

In this article, we reflect on the possible connections between the restructuring of the current production model until the 1970s and the changes in work dynamics verified from that decade, both in developed countries and in the semi-peripheral countries, such as Brazil. In this reflection, we make a critical analysis of the process of precarious employment, seeking elements that help to highlight the real consequences of this restructuring of the labor market in specific contexts, particularly for informalization processes and (hyper)precarious urban labor. We have chosen for this analysis Milton Santos's "theory of the two circuits" (1979), which, although having not directly dealt with informalization and precariousness of economy and labor, has been a reference for the analysis of this issue for two reasons: 1) to establish an effective distinction between the lower circuit and informality in a broad sense, or with informal work, more narrowly; 2) to reinforce the idea that the economic analysis of society has been mainly highlighted and, until recently, the upper circuit, a characteristic that has spread through geographical analysis guided by economy and its activities.

KEYWORDS: poverty, informality, precarization, work, circuits.

RESUMEN

Una Geografía de la pobreza urbana: informalidad y precarización del trabajo

En este artículo, hacemos una reflexión acerca de las posibles conexiones entre la reestructuración del modelo de producción actual hasta la década de 1970 y los cambios en el mundo del trabajo verificados desde esa década, tanto en países desarrollados como en los países semi-periféricos, como Brasil. Hacemos un análisis crítico del proceso de precarización del trabajo, en busca de elementos que ayuden a poner de relieve las consecuencias reales de esa reestructuración en el mercado laboral en sus contextos específicos, en particular para los procesos de informalización y (hiper)precarización del trabajo urbano. Hemos elegido para este análisis la "teoría de los dos circuitos" de Milton Santos (1979), que, aunque no se ha directamente ocupado de la informalización y de la precarización de la economía y del trabajo, es una referencia para el análisis del tema por dos razones: 1) establecer una distinción efectiva entre el circuito inferior y la informalidad en un sentido amplio, o el trabajo informal, en sentido más estrecho; 2) reforzar la idea de que el análisis económico de la sociedad destacó principalmente, y hasta hace poco, el circuito superior, una característica que es común en análisis geográficos cuyos acerca de la economía y sus actividades.

PALABRAS CLAVE: pobreza, informalidad, precariedad, trabajo, circuitos.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>